

Agroecologia e Agricultura Familiar: Contribuição das Organizações Sociais para a Segurança Alimentar e a Comercialização Solidária

Agroecology and Family Farming: The Contribution of Social Organizations to Food Security and Solidarity-Based Markets

Elizeth Marques de Souza^a

Franquismar Marciel Souza^b

Francinei Bentes Tavares^c

Miquéias Freitas Calvi^d

^aAssessora Técnica da Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes-APACC. Cametá, Pará
E-mail: zethsouza@yahoo.com.br

^bCoordenador Executivo da Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes-APACC e Colaborador da Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos-UCODEP. Cametá, Pará
E-mail: franquiaagri@gmail.com

^cProfessor da Universidade Federal do Pará.
Abaetetuba, Pará
E-mail: francinei@ufpa.br

^dProfessor da Faculdade de Engenharia Florestal,
Universidade Federal do Pará. Altamira, Pará
E-mail: miqueiascalvi3@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.25640>

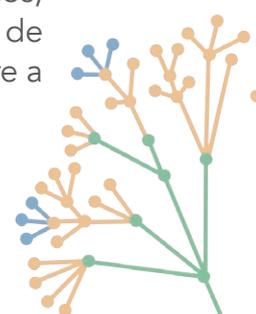
Recebido em 10.05.2017

Aceito em 06.09.2017

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os vínculos entre segurança alimentar, comercialização e geração de renda com base em princípios agroecológicos, enfatizando a contribuição de organizações da sociedade civil no processo de educação alimentar. Através dos dados obtidos, pretende-se ainda refletir sobre a



segurança alimentar e nutricional, a partir do ensino de processos sustentáveis de organização e geração de renda para as famílias de agricultores, disseminado principalmente pela Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó (AMA) com a assessoria técnica da organização não-governamental Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), sediada em Cametá, Pará. Para tanto, adotou-se a pesquisa quanti-qualitativa, que constatou que as organizações pesquisadas podem ser vistas como exemplos de transformação social, e que podem ser replicadas em outras associações, cooperativas e escolas, visando a melhoria dos hábitos alimentares. O trabalho dessas organizações também contribui positivamente ao debate em torno dos princípios agroecológicos no território do Baixo Tocantins.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Comercialização Solidária, Geração de Renda; Organizações da Sociedade Civil.

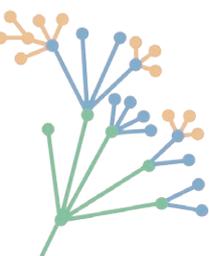
ABSTRACT

The purpose of this article is to analyse the interactions among food security, commercialization and income creation from an agroecological perspective, emphasizing the role played by the civil society in food security education. Based on data obtained through mixed-methods analysis (qualitative and quantitative), the research also sought to reflect on food and nutritional security. This was done through the study of strategies for sustainable processes of organization and income generation targeting family farmers, disseminated by the Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó (AMA, in Portuguese) with the technical assistance of the non-governmental organization Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC, in Portuguese), based in Cametá, in the state of Pará, Brazil. Results point out that the studied organisations can be seen as effective catalyzers for social transformation, and that their action can be replicated by other associations, cooperatives and schools, all aiming at improving eating habits. Their work also contributes positively to the debate on agroecological principles in the territory of Baixo Tocantins.

Keywords: Food Security; Solidarity-Based Marketing, Income Generation; Civil Society Organizations

1 INTRODUÇÃO

O acesso à alimentação é um direito fundamental e, como tal, deve ter um arcabouço legal que sustenta a ser tratado como política pública, como normas, metas e critérios objetivos. No Brasil, na luta contra a fome e desnutrição, uma rede de políticas nessa área tem como tarefa instituir uma efetiva Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que garanta a todos o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para uma sobrevivência digna e



que gere ao mesmo tempo renda familiar de forma sustentável através de meios de comercialização participativa (MENEZES et al., 2004; BURLANDY et al., 2013).

O passo mais significativo nessa direção foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006), em 15 de setembro do referido ano (BRASIL, 2006). É o divisor de águas, em lei, que o acesso à alimentação é direito do cidadão e responsabilidade do Estado, rompendo, assim, com o assistencialismo e respondendo a uma lacuna na estrutura jurídica brasileira. Contamos, para isso, com importante participação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que vem se constituindo em importante espaço de encontro entre poder público e representante da sociedade civil na construção de políticas para o setor.

A referida lei também avança no processo de organização das políticas públicas da área de Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a orientar a construção de uma Política Nacional para o setor: ela estabelece a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a exemplo do que já acontece na saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS), e na Assistência Social, com o Sistema de Assistência Social (SUAS). A partir dele, os governos municipais, estaduais, federal e a sociedade deverão formular políticas e ações para garantir o direito à alimentação, dentro das diretrizes estabelecidas pelo LOSAN (CONSEA, 2010).

Isso tem um significado importante na medida em que evidencia o caráter republicano da opção do Governo Federal naquele momento, a partir de uma compreensão do Estado Brasileiro na qual os três níveis de governo devem trabalhar de maneira articulada, com a participação da sociedade civil, para implementação de políticas públicas eficientes. O SISAN materializa essa concepção. É importante ressaltar que, na divisão das responsabilidades, aos municípios cabe a tarefa de execução de boa parte dos programas, como restaurantes populares, cozinhas populares, bancos de alimentos, execução do programa de merenda escolar (ANANIAS, 2016).

Podemos observar que o índice de insegurança alimentar ainda é alto, principalmente na região Norte, e especialmente no Estado do Pará, como também se percebe que existem extremas dificuldades nos processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, da agregação de valor e geração de renda, sem falar dos problemas de desnutrição e de doenças resultantes dos maus hábitos alimentares (SOUZA, 2007).

Portanto, o objetivo deste artigo é realizar um estudo, a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa acerca dos processos de comercialização para geração de renda, partindo dos assim denominados princípios agroecológicos, entendendo a realidade da agricultura familiar regional a partir desses pressupostos.

Pretende-se também enfatizar principalmente a contribuição de duas organizações sociais da sociedade civil para alcançar esse objetivo, sendo a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), cujo Núcleo Rural é sediado

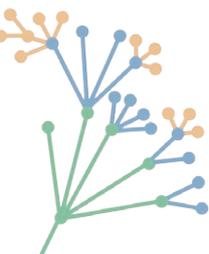


em Cametá-PA, uma instituição de assessoria, e sendo a Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó – AMA, situada na zona rural do município de Cametá, uma entidade que trabalha no âmbito dos processos produtivos e da comercialização. Assim, tendo por base as discussões sobre os princípios agroecológicos que podem ser visualizados na região, pode-se fazer uma reflexão sobre os possíveis avanços alcançados e as proposições visando explorar as potencialidades, especificamente do município de Cametá, e de forma mais ampla, em todo o território do Baixo Tocantins.

O município de Cametá faz parte do Território da Cidadania do Baixo Tocantins, localizado no Estado do Pará. Este território abrange uma área de 36.024,20 Km², comportando 11 municípios sendo: Cametá, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (BRASIL, 2011a). De acordo com o IBGE (2010), atualmente o Baixo Tocantins, possui uma população de 739.881 habitantes. Sendo que o município de Cametá tem (120.904 habitantes) conforme censo de 2010 e com um IDH de 0,669.

O município de Cametá, de forma geral, apresenta três tipos de ecossistemas, cada um deles apresentando uma maneira específica de convivência do ser humano com o meio ambiente, sendo eles: sistemas de Terra Firme, Várzeas e Ilhas. As áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas pela agricultura tradicional de corte-e-queima da vegetação primária e/ou secundária, na qual basicamente cultiva-se mandioca (*Manihot esculenta Crantz.*), principal produto dessa região (NOGUEIRA et al., 2010), assim como a farinha de mandioca, a pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) e atualmente são implantados áreas de sistemas agroflorestais, compostas por espécies frutíferas e essências florestais, além do cultivo de cacau (*Theobroma cacao* L.) e da existência de pequenas criações como aves, porcos e criação de abelhas. Já nas áreas das ilhas fluviais, é feita a exploração do açaí (*Euterpe oleracea Mart.*), principalmente a partir do extrativismo e também do pescado.

No entanto, com o trabalho desenvolvido por organizações de apoio à agricultura familiar, também são trabalhados atualmente os sistemas agroflorestais, que buscam uma maior harmonia com a biodiversidade encontrada entre os açaiçais nativos, e, também são criados peixes e outros animais aquáticos em cativeiro, além das pequenas criações, incluindo mais recentemente a de abelhas. Por fim, nas áreas de várzea, sujeitas a inundações periódicas, seja pelo regime de cheias dos rios, seja pelo ritmo diário das marés no estuário do Rio Tocantins, os sistemas produtivos são mistos, podendo ser encontradas culturas originárias de terra firme e das ilhas. No entanto, a produção de açaí (nativo ou em forma de cultivo) é bastante importante, assim como os sistemas agroflorestais. Para uma análise dos sistemas de produção da região, “deve se levar em conta que não existe uma linha divisória clara entre as muitas formas de produção familiar: os extrativistas também têm roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves, porcos e peixes”. (COSTA, 2006 apud NOGUEIRA et al., 2010, p. 12).



2 AGROECOLOGIA, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO.

Para realizar a discussão mais específica sobre como o debate acerca da segurança alimentar e da comercialização solidária se articula com a reflexão sobre os princípios agroecológicos existentes nos sistemas de produção familiares no Baixo Tocantins, resolveu-se partir de alguns elementos considerados importantes para contextualizar a situação da discussão sobre a agroecologia na região amazônica, sistematizados inicialmente por Santos Silva et al. (2011, p. 30-38). Para estes autores, historicamente, a região amazônica tem sido disputada nas mais diferentes perspectivas de desenvolvimento, fato que explica, em certa medida, o porquê da ocupação humana desta fração de território brasileiro possuir desde uma ideia de agricultura industrial e concentradora de recursos naturais e de renda, até uma concepção mais popular, onde a agricultura familiar aparenta ser uma das grandes prioridades, envolvendo formas de práticas agrícolas já existentes na região. Nestes extremos, o debate sobre as questões ambientais e as consequências sociais desses tipos de agricultura passou a ser um indicador fundamental para a consolidação da relação sociedade e natureza, pois influenciam diretamente as possibilidades de sucesso de um pretenso desenvolvimento regional. Alguns pontos podem ser destacados como importantes visando pautar esse debate, como será visto sucintamente a seguir.

2.1 CRISE DO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

No que diz respeito ao projeto de exploração agrícola em escala industrial, as últimas décadas mostraram sua insustentabilidade tanto do ponto de vista econômico quanto nas outras dimensões necessárias (ambiental, social etc.), tanto em outras regiões do país, quanto na própria Amazônia, principalmente por meio de uma homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando sua artificialização através de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial.

Assim, a maior importância de um modelo extrativista-exportador (mineral ou vegetal) nessa região fundamenta-se nas consequências como o desmatamento e a concentração de terra e renda nas mãos de uma pequena parte dos proprietários, ou seja, a base da história de migração humana de outras regiões que grande parte das famílias estabelecidas na região amazônica traz em suas trajetórias de vida (SANTOS SILVA et al., 2011).

Com base nestes limites do modelo urbano-industrial de desenvolvimento, a própria mobilização social do campo, como os movimentos sociais organizados nas áreas rurais, forçou uma inclusão de investimentos na agricultura familiar como um dos elementos importantes para se pensar o desenvolvimento rural regional.

Também se soma a este contexto os limites impostos por um pretenso “modelo de desenvolvimento” mundial, tendo um caráter hegemônico a ser seguido por todas as nações. As evidências da crise desse modelo se materializam na intenção



pela mudança da noção de desenvolvimento que cada nação e, mais especificamente, cada território e suas escalas menores (município, localidades, áreas rurais etc.). Ainda segundo Santos Silva et al. (2011), a maior necessidade está em construir, de forma participativa e negociada, um projeto de desenvolvimento mais sustentável que o atual e, principalmente, com base no contexto e nas demandas localizadas (considerando seu capital social), economicamente viáveis, ecologicamente sustentável e socialmente justas.

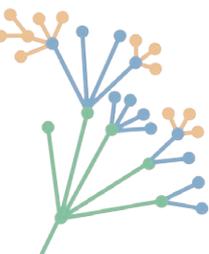
2.2 PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar pode ser vista como unidade-chave de investimento socio-produtivo, por possuir características próprias, como a sua diversidade e integração, sua autonomia social relativa, sua capacidade de adaptação às mudanças, entre outras características.

Para dar sentido concreto às ações desse setor social, os agricultores familiares são entendidos aqui como aqueles que são possuidores das seguintes características:

- São aqueles que não separam a produção familiar do consumo;
- Acessam a terra e seus recursos sem separar os que trabalham e os que se beneficiam desse trabalho – organizam a sua produção (WANDERLEY, 1996);
- Prioridade da reprodução da família, e não só para a produção de lucro. A acumulação de recursos financeiros faz parte de uma condição para melhorar a reprodução da unidade familiar, e não só de uma parcela produtiva (ABRAMOVAY, 1992).

Assim, a agricultura familiar pode ser identificada como protagonista dos processos de desenvolvimento, principalmente por sua capacidade de realizar uma apropriação social dos recursos naturais e produtivos, visando sua própria reprodução e manutenção na atividade social da agricultura, sem necessariamente comprometer a capacidade dos agroecossistemas naturais de se recompor naturalmente. A integração do enfoque agroecológico e a importância da agricultura familiar nesse processo é demonstrada por Santos Silva et al. (2011), como uma forma de conceber os processos ditos como agroecológicos em termos que podem ser reapropriados quando se analisa a agricultura familiar. A manutenção dos agroecossistemas familiares amazônicos, por exemplo entre a população agroextrativista que vive às margens dos rios e nas áreas de terra firme (dentre outros públicos considerados como agricultores familiares), mostra que a agricultura familiar pode estar no centro da manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas a partir de suas práticas produtivas.



2.3 AS DISCUSSÕES SOBRE O QUE É O ENFOQUE AGROECOLÓGICO:

No entendimento da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), a definição de agroecologia é entendida como “o enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural, e a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis” (ANA, 2007).

Segundo Altieri (2001), a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica.

Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade fundamental de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) necessárias para a implementação de agriculturas mais sustentáveis. Logo, mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual corpus teórico e metodológico (GUZMÁN CASADO et al., 2000, p. 81). Por outro lado, como afirma Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis.

Para outros autores que discutem a perspectiva agroecológica (ALTIERI, 2001; CAPORAL; AZEVEDO, 2011), alguns princípios básicos devem ser levados em conta para considerar a existência e identificação de sistemas agroecológicos. Assim, a identificação de sistemas agroecológicos deveria obedecer a alguns princípios básicos, combinando aspectos biológicos, produtivos, sociais e econômicos.

Nesse sentido, parte-se do princípio que a Agroecologia é saber prático, mas também vem se desenvolvendo como ciência à medida que novos enfoques teórico-metodológicos emergem de experiências práticas e compartilhadas entre agricultores, técnicos, educadores e pesquisadores.

Estes novos processos de construção de um entendimento sistemático das racionalidades ambientais, técnicas e econômicas fazem com que a Agroecologia aporte novos conceitos e métodos que favorecem a integração dos conhecimentos acadêmicos com os de origem popular nos processos de inovação no manejo dos agroecossistemas (BUCHWEITZ; MENEZES, 2003).

Parte-se também do princípio de que a Agroecologia é orientada ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis. Os sistemas de produção agroecológicos fundamentam-se no manejo regenerativo dos recursos naturais (biodiversidade, solos e água). Dessa forma, ao mesmo tempo em que conservam o meio



ambiente, são sistemas que pouco dependem de insumos externos para reproduzir sua capacidade produtiva (ALTIERI, 1989).

As formas em que esses sistemas são desenvolvidos e manejados apresentam muitas variações em função dos diferentes ecossistemas e das condições econômicas e socioculturais dos produtores, incluindo sistemas agrícolas e de criação, sistemas agroflorestais, sistemas agroextrativistas e, inclusive, o que é o mais corrente, várias combinações destas possibilidades.

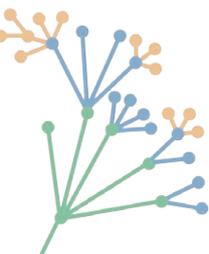
Nesse sentido, de acordo com Altieri (2001), a Agroecologia tem como ideia central o respeito às diversidades locais e a convivência com os ecossistemas, contrapondo-se aos pacotes tecnológicos desenvolvidos para a disseminação de sistemas produtivos especializados e via monocultivos comerciais.

Segundo a perspectiva agroecológica, a ética nas relações sociais e a equidade na repartição das riquezas socialmente produzidas são aspectos essenciais na avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas. Dessa forma, os processos de construção do conhecimento agroecológico devem apreender, além da dimensão estritamente técnico-produtiva, aspectos relacionados à dimensão sociocultural que regulam as relações humanas desde o âmbito intrafamiliar até o conjunto da sociedade.

É nesse sentido que os enfoques sobre as relações sociais de gênero e de geração ganham relevância nos processos voltados à promoção da Agroecologia (SASOP, 2009). Além disso, o respeito e a valorização de identidades socioculturais que especificam comunidades rurais na sua relação com a sociedade e com a natureza é um elemento igualmente fundante do enfoque agroecológico.

Considera-se ainda que os princípios da Agroecologia não se encerram no espaço rural, uma vez que são igualmente aplicados no desenvolvimento de práticas sustentáveis entre a população urbana. Reforçando o que foi dito anteriormente, ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, a partir de uma abordagem transdisciplinar, holística (BUCHWEITZ; MENEZES, 2003).

Caporal e Azevedo (2011) também têm procurado enfatizar o que não é agroecologia, a partir do ponto de vista acadêmico e científico. Para esse autor, isso é importante na medida em que permite uma abordagem diferenciada e mais coerente com a lógica do processo de ecologização que vem ocorrendo. Ainda que a palavra Agroecologia faça lembrar estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, não é pertinente confundir Agroecologia com um tipo de agricultura alternativa.



Também não é suficientemente explicativo o vínculo, muito comum, da ciência agroecológica com “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras (CAPORAL, 2011, p. 88-89).

Portanto, o que está em jogo nessa discussão é, para além de definições conceituais mais amplas, a possibilidade de se refletir sobre um conjunto de princípios considerados como agroecológicos (BUCHWEITZ; MENEZES, 2003), dentre os quais podem se enquadrar as ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio de eventos como as Feiras Municipais e Territoriais de Economia Solidária, ou ainda o debate sobre a segurança alimentar e nutricional das famílias dos agricultores e dos consumidores destes produtos. Esses aspectos podem ser abordados de maneira conjunta, isto é, uma visão integrada entre a Agroecologia e a agricultura familiar, e entre a segurança alimentar e a comercialização solidária, como se pretende analisar no presente trabalho.

Ao abordar as consequências que podem advir do consumo de determinados alimentos, sem haver uma maior preocupação com a sua qualidade, ou uma reflexão em termos de sua importância do ponto de vista nutricional, a abordagem de autores como Franke e Prá (2006) e Reckziegel (2006) podem se conectar com uma perspectiva mais integrada entre o consumo e a produção, do ponto de vista agroecológico, podem trazer benefícios para a saúde desses consumidores, inclusive os agricultores que realizam essa produção, e que em muitos casos a utilizam para o autoconsumo familiar.

De acordo com os autores supracitados, a integração entre essas diferentes perspectivas, envolvendo o enfoque agroecológico e a comercialização solidária, é importante para demonstrar que podem se encontrar em interconexão esses diferentes pontos de vista. A manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas pode casar com uma visão mais ampla sobre as formas de comercialização, que podem ser mais justas, valorizando em seus elementos centrais a produção familiar e os procedimentos agroecológicos presentes nos processos produtivos.

Corroborando esses aspectos, a comercialização de produtos que possuem, em tese, uma maior possibilidade de garantir a soberania e segurança alimentar por meio das formas de manejo dos agroecossistemas locais, mais diretamente ligados à produção de alimentos mais saudáveis, pode significar, a médio e longo prazos, a melhoria da renda familiar em função da inserção em novos mercados, por meio de ações de economia solidária e de valorização da produção considerada como agroecológica. Entre esses mercados, estão destacando-se atualmente os mercados institucionais, por meio de compras governamentais de produtos oriundos da agricultura familiar, e executados a partir de iniciativas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). É sobre este último programa que nos deteremos a seguir, tendo em



vista o seu acesso pelos agricultores familiares da comunidade do Ajó, articulados a partir da AMA e assessorados pela APACC.

3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – PAA

O PAA surge a partir de proposta do CONSEA através da Lei 10.696 de 02/07/2003 – Art. 19º com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2017b).

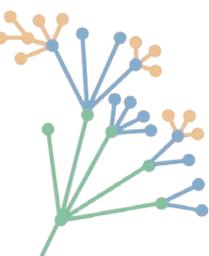
O PAA, na sua modalidade de Doação Simultânea, trabalha com ações de fortalecimento da agricultura familiar, dando oportunidade que as famílias possam vender sua produção, gerando renda de forma sustentável e organizada, e possibilitando a melhoria da gestão das organizações sociais locais, sejam elas cooperativas e associações dos diversos povos de comunidades ditas tradicionais e dos agricultores familiares mais diretamente ao mercado, e ao mesmo tempo fazendo com que possa gerar segurança alimentar para as populações principalmente as mais vulneráveis seja elas crianças, adolescentes, jovens e adultos, assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2011b; 2017a).

O PAA tem sido um programa eficaz no sentido de fortalecimento da produção familiar, na articulação entre a agroecologia e a economia solidária, potencializando e dando mecanismos e estratégias de fortalecimento dos empreendimentos de grupos organizados que já trabalham com a produção a partir de manejos de agroecossistemas considerados mais sustentáveis.

O referido programa articula ainda a produção, a comercialização e o consumo, promovendo a interação entre organizações rurais e urbanas com foco no mercado interno, valorizando os circuitos locais de comercialização, que são base para as pesquisas de preços e para a articulação entre fornecedores e consumidores. Além disso, valoriza a biodiversidade e mais de 300 itens adquiridos, originários de cerca de 270 produtos primários. Em 165 dos itens ocorreram aquisições de produtos agroecológicos, com até 30% de prêmio (BRASIL, 2017b). Os mercados institucionais possibilitam ainda o resgate e valorização de produtos e hábitos alimentares em desuso, implicando em maior segurança alimentar para produtores e consumidores (BRASIL, 2011a). Esses aspectos, quando tomados em conjunto, significam um reforço importante a lógicas de produção mais voltadas para o manejo sustentável dos agroecossistemas.

3.1 BALANÇO DAS OPERAÇÕES DO PAA ENTRE 2003 E 2010

Aqui podemos perceber que os avanços foram significativos, havendo uma evolução constante no que foi executado entre 2003 a 2010 (Figura 01), propiciando maior renda para os agricultores e fortalecendo suas formas de manejo locais, os



circuitos de comercialização, assim como podemos citar a organização evolutiva da agricultura familiar, de seus empreendimentos, das associações e cooperativas envolvidas no programa.

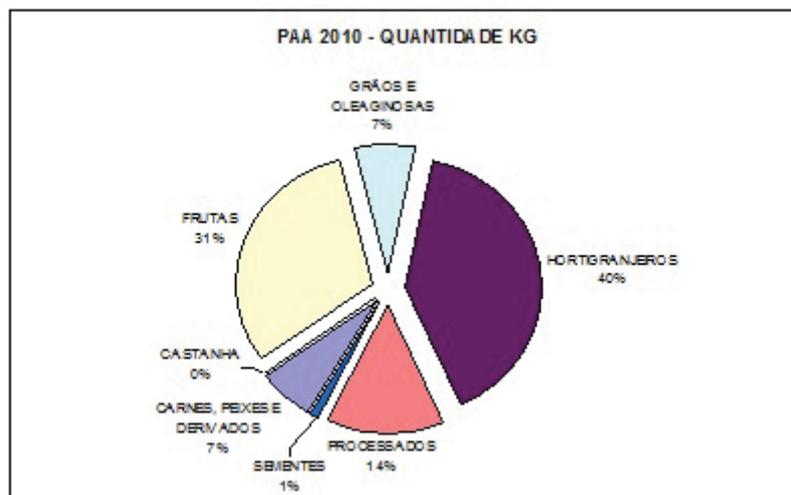
Figura 01: Valores investidos em recursos financeiros pelo PAA no período entre 2003 e 2010 (Brasil)



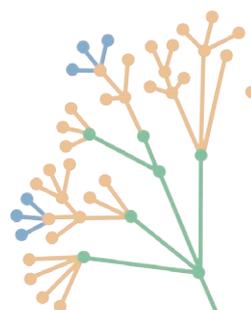
Fonte: CONAB (2014).

Assim, diversos produtos foram adquiridos, beneficiando milhões de brasileiros, o que pode ter contribuído para uma melhoria da segurança alimentar desses setores da população. Estes dados foram adquiridos junto a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, como mostra a Figura 02.

Figura 02: Tipos de produtos com maior porcentagem de comercialização pelo PAA em 2010 (Brasil)



Fonte: CONAB (2014).



Já a Figura 03 demonstra os produtos que foram comercializados através do PAA na modalidade de doação simultânea no ano de 2010, podendo-se perceber uma variedade de produtos da agricultura familiar, o que pode ter beneficiado diretamente suas organizações representativas.

Figura 03: Produtos, quantidades comercializadas e valores gerados pelo PAA – Modalidade Doação Simultânea, em 2010 (Brasil)

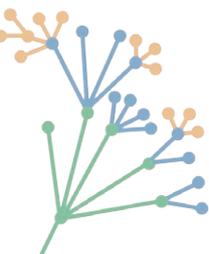
CPR-DOAÇÃO PAA/2010		
CLASSIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	QUANTIDADE (KG)
CARNES, PEIXES E DERIVADOS	55.418.379,21	10.605.355,77
CASTANHAS	1.688.166,08	288.237,00
FRUTAS	46.103.240,34	49.817.233,52
GRÃOS E OLEAGINOSAS	18.217.722,86	11.891.732,47
HORTIGRANJEIROS	67.839.866,21	64.357.654,20
PROCESSADOS	76.864.558,33	22.418.681,12
SEMENTES	6.325.913,66	1.682.382,60
Total	272.457.846,69	161.061.276,68

Fonte: CONAB (2014).

Historicamente, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os agricultores familiares, que repassam muitas vezes suas colheitas a intermediários, a preços insignificantes. Com o PAA e o PNAE como instrumentos legais, a presença do Estado na comercialização da produção familiar passou a assegurar, em muitos casos, a aquisição de seus produtos, transmitindo-lhes segurança e com preços mais justos, sendo assim incentivados a produzir mais e com melhor qualidade. A partir daí, outros objetivos podem ser delineados como consequências da execução desses programas, como a garantia de ocupação e renda, o incentivo à permanência no campo, a conservação ambiental, o manejo agroecológico da produção e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família podem passar a desenvolver as atividades produtivas de forma mais ampla e sistemática.

4 ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Para seguir os caminhos metodológicos propostos, a pesquisa buscou se embasar nas proposições gerais de uma postura teórica que podem orientar o surgimento de uma ou mais respostas provisórias para eventos específicos (fatos, fenômenos, contextos sociais), uma sucessão deles ou uma correlação que envolva vários desses eventos em um determinado contexto empírico que serve de base para a pesquisa científica. Para Minayo (2003, p. 32), “a metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido, sendo um conjunto de técnicas a serem adotadas para a partir de então, possa ser construída uma leitura da realidade”.



Dessa forma, além da pesquisa bibliográfica sobre as temáticas abordadas, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), com a realização de entrevistas semiestruturadas, com o uso de perguntas orientadoras que foram feitas para o coordenador da ONG (Organização Não Governamental) APACC e para as mulheres (que são a maioria dos sócios) da AMA, além de um levantamento de informações complementares no âmbito de uma Feira de Economia Solidária e agroecológica do território do Baixo Tocantins-PA, realizada em novembro de 2016. Seu propósito foi coletar dados referentes às práticas feitas através da comercialização dos programas vinculados aos mercados institucionais, como o PAA, e outras formas de comercialização, dando-se uma maior ênfase para a segurança alimentar e a geração de renda familiar, bem como verificar de que forma as famílias que são sócias da AMA estão compreendendo o tema da segurança alimentar e nutricional, discutido nas oficinas e debates promovidos pela APACC na referida comunidade, a fim de refletir sobre a real contribuição da formação de bons hábitos alimentares e da importância da geração de renda entre esses agricultores.

A partir da utilização de um breve roteiro de questões (ANEXO 01), foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o Coordenador Executivo da APACC, conduzida na cidade de Cametá, e com 10 (dez) mulheres associadas à AMA, sendo as entrevistas feitas a partir de uma reunião na localidade de Ajó, situada a cerca de 04 km da zona urbana de Cametá, durante os meses de setembro e outubro de 2016. As demais entrevistas com 30 (trinta) agricultores e consumidores diretamente na feira citada acima, realizada em novembro de 2016.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante do exposto, apresentamos uma breve descrição acerca da APACC e da AMA, sendo que na sequência serão discutidos os resultados dos levantamentos de dados efetuados no decorrer da pesquisa.

Sendo assim, de acordo com as informações levantadas nas entrevistas realizadas, a APACC é uma organização não governamental constituída como uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, sendo criada em 1994 no município de Belém, através do apoio financeiro da ONG Francesa ESSOR.

Inicialmente, a instituição realizou projetos de intervenção social em áreas urbanas periféricas da capital do Estado, nos bairros da Terra Firme e Guamá, com ações nas áreas de trabalho, renda, educação e mobilização popular, em parceria com entidades comunitárias e comunidades de base. Em 1998, a APACC assume o desafio de atuar em áreas rurais com ações que pudessem, junto com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, provocar mudanças nas condições de vida das famílias rurais amazônicas. Esta iniciativa veio da autorreflexão institucional de que o urbano e o rural não são setores separados, e sim que sofrem influências mútuas, assim, a entidade direcionou suas ações no sentido de apoiar a garantia da permanência destas famílias no campo.

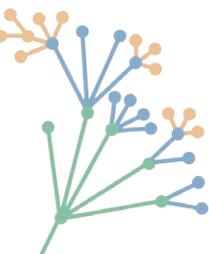


Neste contexto, ainda segundo seu coordenador institucional na entrevista realizada, a APACC estabeleceu uma articulação com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá – STTR, o que teve contribuição decisiva na definição das ações que respondessem aos anseios dos agricultores/as familiares, quilombolas, populações agroextrativistas e pescadores artesanais, inicialmente no município de Cametá. Temas como desenvolvimento sustentável e geração de renda, apoio e capacitação técnica, educação no campo, agroecologia, economia solidária e gênero, segurança, soberania alimentar e comercialização foram priorizados em sua práxis educativa e de ação.

Em 2002, a referida ONG ampliou seu trabalho a partir da imersão em outras áreas rurais do Estado do Pará, estendendo-se aos municípios de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, no âmbito do Território da Cidadania do Baixo Tocantins, através de um projeto intitulado “Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar”, que contava com financiamento de instituições internacionais, com ações voltadas ao fortalecimento institucional de organizações locais como os STTR’s, cooperativas e associações, além de fomentar a organização comunitária para o desenvolvimento local. Hoje, além de Belém, Cametá, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru, a APACC atua em outros municípios e regiões do estado do Pará, como também na articulação em prol da agroecologia em outros estados da região Amazônica. A referida instituição é uma das entidades pioneiras no trabalho de agroecologia através de metodologias participativas nessa região como, por exemplo, a partir da ação através de agricultores e agricultoras multiplicadores/as dos conhecimentos e práticas agroecológicas. Com seu papel de assessoria, a APACC também tem feito um acompanhamento contínuo das ações da AMA, que foi objeto da presente pesquisa.

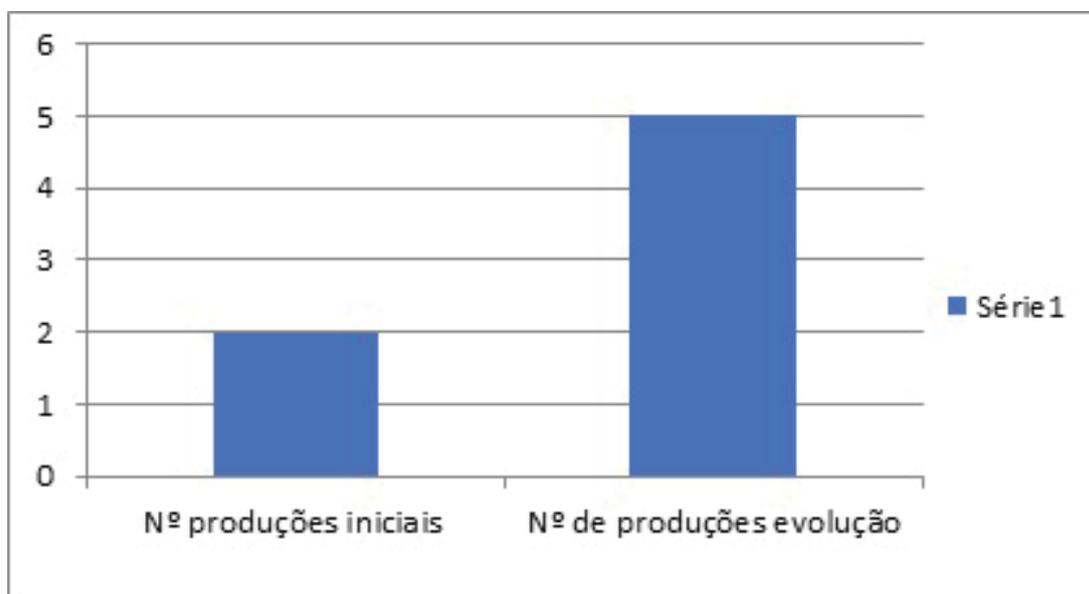
Em relação ao apoio e assessoria da APACC no que se refere a ações de seus projetos ligados à agroecologia, à segurança alimentar e a geração de renda, o coordenador afirmou que APACC vem contribuindo para melhoria da segurança alimentar nos seus grupos alvos, pois esse resultado passa por diversos processos, entre eles a capacitação dos agricultores familiares e de suas organizações, seja através de oficinas, encontros e seminários, seja por meio da organização da produção e pela realização de campanhas e de ações coletivas, respeitando a igualdade de gênero.

Ainda segundo o coordenador institucional da APACC, a partir dessas ações de sensibilização e de capacitação, avanços significativos ocorreram e vêm ocorrendo no sentido da melhoria dos hábitos alimentares e geração de renda, a partir do aumento importante do número de atividades produtivas nos agroecossistemas familiares, passando de duas principais (como é o caso do açaí e da pesca artesanal nas ilhas fluviais do estuário do Rio Tocantins), para cinco ou mais produções diferenciadas, como a introdução da criação de abelhas (apicultura), horticultura, criação de aves, criação de peixes em cativeiro e a inserção de Sistemas Agroflorestais nas áreas de várzea, o que trouxe maior diversidade para o consumo familiar e para uma eventual comercialização dos excedentes, e nas áreas de terra



firme, além de cultivar a mandioca e a pimenta-do-reino, as duas principais atividades dos sistemas de produção familiares, os agricultores capacitados passaram a cultivar e criar animais como os supracitados nas áreas de várzea. Como exemplo deste resultado em relação à diversificação produtiva, o entrevistado citou o apoio e acompanhamento técnico realizado com a AMA. A Figura 04 demonstra esse aumento da diversificação da produção para a comunidade do Ajó, antes e depois do processo de apoio e assessoramento prestado pela APACC às famílias da comunidade.

Figura 04: Quantidade de atividades produtivas desempenhadas, em média, nos estabelecimentos agrícolas de 10 famílias na comunidade do Ajó.



Fonte: Dados de campo e APACC (2016).

Levando em conta as atividades da APACC, também foi realizado um levantamento de informações por meio de roteiro de questões em uma Feira de Economia Solidária e Agroecológica do Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA que aconteceu no município de Cametá em novembro de 2016. Essa feira foi realizada pelo STTR de Cametá, cooperativas e associações do território e outras entidades parceiras, e apoiada pela APACC e demais instituições de assessoria aos agricultores. A pesquisa foi direcionada a 30 (trinta) agricultores/as, que também realizam o autoconsumo local, sobre os produtos mais consumidos pelas famílias quando se levam em conta os aspectos da agroecologia e da segurança alimentar, e os resultados podem ser observados na Figura 05.

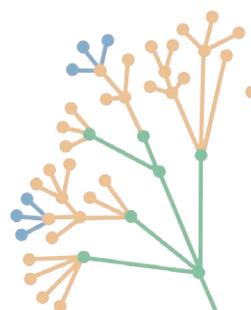
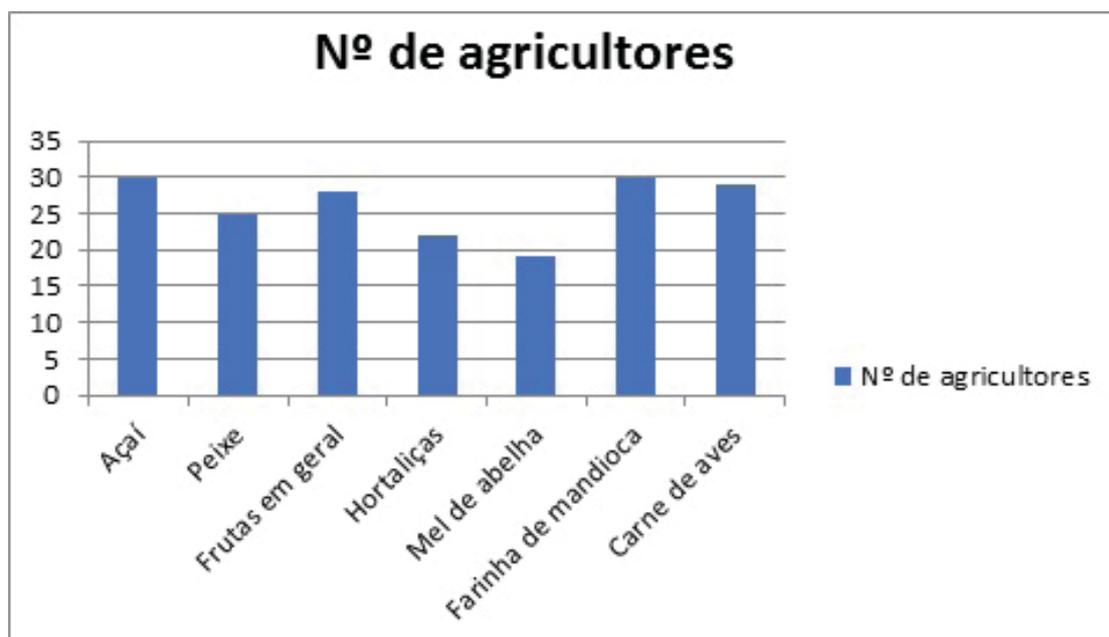


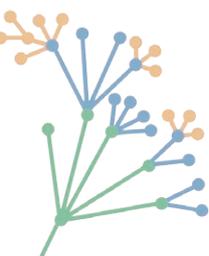
Figura 05: Produtos agrícolas mais consumidos pelos pesquisados



Fonte: Dados de campo e APACC (2016).

O que pode ser observado é que entre os agricultores pesquisados, a maioria consome um número importante de produtos de suas propriedades, garantindo um autoconsumo familiar mais diversificado, de produtos mais saudáveis e produzidos de acordo com princípios agroecológicos (como a conservação dos agroecossistemas regionais) propiciando a segurança alimentar e fazendo a comercialização do excedente. Assim, a realização da feira, além de proporcionar um espaço de venda da produção, permitiu a visita de estudantes de escolas da cidade de Cametá, fazendo que os alunos pudessem discutir sobre os hábitos alimentares, e a partir desse momento possam levar para o espaço escolar ações de educação alimentar. Além disto, a feira proporcionou resultados como a participação e visitação de mais de mil pessoas, entre gestores de organizações, cooperativas, associações, comerciantes e consumidores urbanos, de forma geral, que puderam perceber a evolução da melhoria da produção tanto no nível de qualidade dos produtos ofertados, das possibilidades de geração de renda e de segurança alimentar das mais de 90 pessoas que estavam presentes, com seus empreendimentos econômicos e solidários ofertando com uma variedade de produtos produzidos de acordo com critérios agroecológicos, como: mel, açaí, farinha de mandioca, peixes in natura, polpas de frutas, hortaliças, sucos naturais, entre outros produtos comercializados diretamente, por meio de relações diretas entre produtores e consumidores.

Dessa forma, cada vez mais esse tipo de feira se torna um espaço de construção e exercício da cidadania, pois além de propiciar rendimentos diretos aos agricultores, permitem ainda que eles sejam os próprios agentes de comercialização dos seus produtos. Além disso, os agricultores saem do anonimato e criam uma relação direta com os consumidores. Este contato face-a-face é importante, na



medida em que serve como meio de se avaliar o que está sendo feito em relação às atividades produtivas e no que se refere às condições de comercialização da produção.

Por fim, a outra instituição que foi alvo da pesquisa é, como dito anteriormente, uma das associações apoiadas pela APACC no Território do Baixo Tocantins, e que tem alcançado resultados significativos na melhoria da segurança alimentar e na discussão sobre os princípios agroecológicos postos em prática por seus associados é a AMA. Essa associação já existe desde 2007, e é sediada na comunidade de Ajó, situada a aproximadamente 04 quilômetros da zona urbana do município de Cametá. A Associação, em sua trajetória, tem como base o fortalecimento comunitário através da ação de um grupo de mulheres envolvidas na associação que buscam de forma continuada, produzir de forma sustentável no sentido de melhoria da segurança alimentar de suas famílias e da comunidade em geral e, ao mesmo tempo melhorar sua renda conciliando bons hábitos alimentares e melhorias nas suas condições de vida. Portanto, há uma relação marcadamente perceptível em relação às questões de gênero, com as mulheres desempenhando papel fundamental no processo organizativo destas famílias, de acordo com os dados coletados nas entrevistas realizadas.

Para a realização da pesquisa, foi utilizado um roteiro de questões direcionado para 10 (dez) mulheres, de forma coletiva, em uma reunião realizada na comunidade. Ao serem interpeladas sobre quais os produtos que a associação vem trabalhando e como é feito o seu aproveitamento, as respostas deste coletivo de mulheres giraram em torno da constatação de que, após as ações de capacitação em agroecologia, segurança alimentar e economia solidária propiciadas por instituições como a APACC, as famílias locais aprenderam a aproveitar vários produtos que eram desperdiçados na comunidade, ou que poderiam ser melhor aproveitados, sendo citadas principalmente as frutas, hortaliças, mel, peixes, etc. O consumo e eventual comercialização dessa produção vem contribuindo significativamente para a melhoria da segurança alimentar destas famílias, contribuindo para a geração de renda, de forma sustentável.

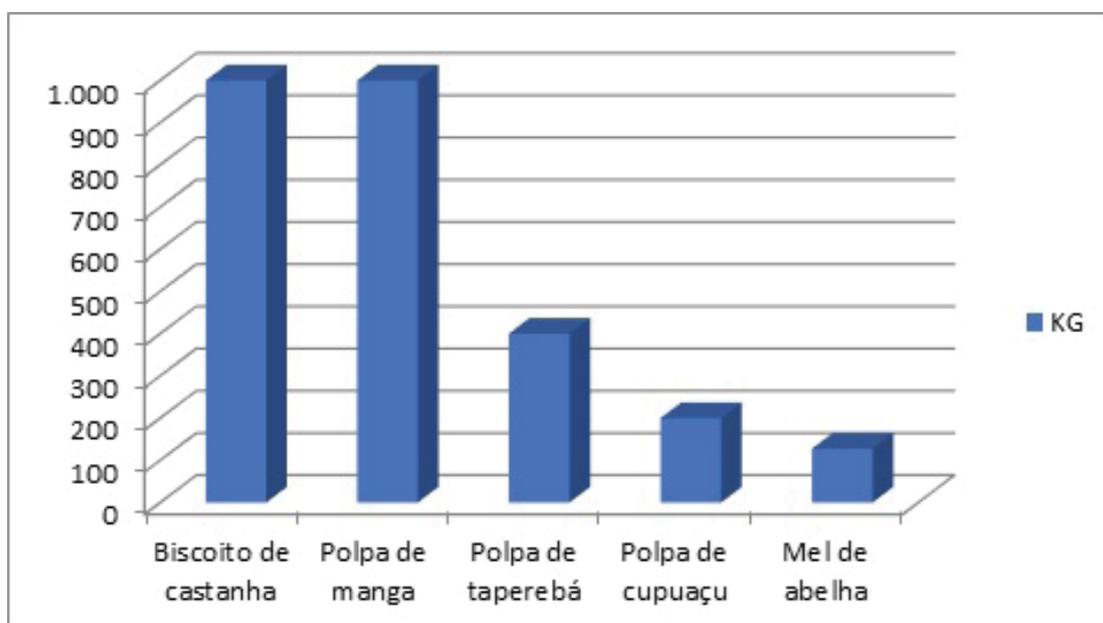
Outro questionamento direcionado às entrevistadas procurava saber se a produção existente tem algum meio de comercialização garantido. O coletivo de mulheres respondeu que o beneficiamento da produção é feito com qualidade na própria comunidade, isto porque a instituição possui máquinas e equipamentos adequados para a transformação dos produtos (para a fabricação de polpas de frutas regionais, por exemplo), adquiridas pela ação proativa do grupo de mulheres que faz parte da associação. A comercialização da produção ocorre, em alguns casos, em feiras de economia solidária promovidas pela APACC e pela Associação Unidade e Cooperação Para o Desenvolvimento dos Povos (UCODEP), além de outras organizações sociais e ONG's.

Outro destino da produção é a venda para os mercados institucionais, como o PAA, realizada em 2014 e 2015, por meio da modalidade de doação simultânea. Além deste programa, a associação está buscando articular o mercado direciona-



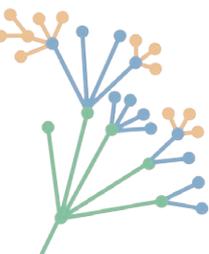
do à alimentação dos estudantes do município, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em ambos os casos, os recursos recebidos provêm do Governo Federal, porém neste último os valores e as chamadas públicas para a aquisição de alimentos são gerenciados pelas prefeituras municipais. Conseguindo ampliar o acesso aos mercados institucionais por meio do PNAE, a proposta da AMA é que os produtos da própria associação possam alimentar os estudantes da escola existente na comunidade (Escola de Ensino Fundamental Amélia Marques), colocando os produtos da agricultura familiar no âmbito da própria instituição escolar mais próxima à localidade, e possibilitando a melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes.

Figura 06: Produtos comercializados pela AMA no PAA (2014 e 2015)



Fonte: Dados de campo e APACC (2016).

A Figura 06 mostra a comercialização realizada pela AMA em relação ao PAA, e quais foram as quantidades e produtos comercializados. Além desse programa, a entidade procurou participar das Feiras Agroecológicas de Economia Solidária do Território, promovidas pelas entidades representativas dos agricultores familiares locais. No ano de 2015, os grupos de mulheres foram premiados como empreendimento feminino pela Consulado da Mulher, o que significou uma forma de reconhecimento pelo trabalho realizado durante os anos de existência da associação, sendo que as mulheres entrevistadas fazem relatos interessantes sobre essa trajetória. Ainda houve uma primeira experiência de realização de uma Feira de Economia Solidária e de Produção Agroecológica no local, realizada em maio de 2016, que foi avaliada positivamente pelas participantes. A feira aconteceu no barracão comunitário do Ajó, com o objetivo de divulgar os produtos existentes na localidade.



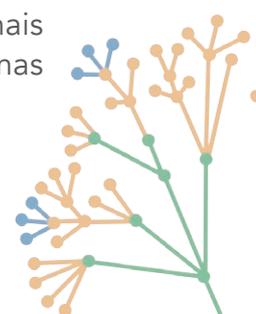
Analisando os dados da pesquisa realizada, tanto nas ações da APACC, como em relação ao enfoque dado no levantamento de informações realizado na Feira de Economia Solidária, como também no que se refere às ações da AMA, percebeu-se que resultados que podem ser considerados relevantes foram alcançados no que se refere à compreensão local dos conceitos de segurança alimentar, sobre o entendimento dos significados acerca da melhoria dos hábitos alimentares, e o debate em torno das possibilidades de geração de renda a partir de produtos considerados como potencialmente agroecológicos (mesmo que não haja ainda um processo de certificação dessa produção em curso).

Os dados coletados junto à AMA indicam que os participantes dessas ações já conseguem ter um olhar importante sobre os modos de produzir, em consonância maior com os processos naturais, visando o aumento da qualidade da alimentação e a organização social de processos de comercialização dos excedentes, que possam impactar positivamente sobre os hábitos alimentares de outras famílias como, por exemplo, 6.000 beneficiários das atividades da Pastoral da Criança, da Prelazia de Cametá, que receberam produtos comercializados pela AMA a partir do PAA, sendo que a entidade está atualmente se propondo em expandir seu alcance para as políticas de alimentação escolar, a despeito das dificuldades burocráticas, legais e organizativas para acessar esse tipo de política pública. Assim, pode-se afirmar que essas instituições estão realizando um processo de discussão importante sobre vários fatores ligados, direta ou indiretamente, à melhoria das condições de vida e em direção à produção, feita de forma mais efetivamente sustentável.

Todavia, é necessário se levar em conta que não se pode ficar preso a um “esforço ineficaz”, sem a necessária reflexão teórica, visto que o processo de ação só tem alcance limitado, e nesse sentido, a realização de ações de economia solidária por parte das organizações locais da agricultura familiar, com base em princípios agroecológicos, só poderão contribuir efetivamente para a transformação da realidade socioambiental vivenciada pelos sujeitos se for capaz de aliar, na mesma medida, os processos de ação e de reflexão acerca daquilo que é proposto e realizado, a partir do momento em que conseguir discutir com a sociedade a importância da Economia Solidária e dos princípios do comércio justo como possibilidade de geração de renda e de garantia da sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2005; CORAZZA; SOUZA, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança alimentar é de fundamental importância para o desenvolvimento humano, tanto nos aspectos de melhoria de qualidade de vida, como aos relacionados aos meios de geração de renda de forma sustentável e saudável. No decorrer deste trabalho, percebeu-se que a interação entre esta temática e os aspectos agroecológicos da produção são importantes para entender uma dimensão mais ampla da agricultura familiar, não centrada apenas nos processos produtivos, mas



também nas possibilidades de autoconsumo familiar. Mesmo com as dificuldades persistentes de comercialização e geração de renda entre esses agricultores, em especial no Norte do país, o que se percebe é que alguns avanços podem ser vislumbrados, quando se observam mais de perto as iniciativas locais de organização e gestão da produção, mas que principalmente as políticas públicas, em seus diversos níveis, ainda precisam valorizar em maior grau a produção familiar rural, dando maior oportunidade de gerar renda e incidência em maior grau da segurança alimentar, em variadas localidades do campo, como também do meio urbano.

A partir dos resultados da pesquisa prática, se constatou ações de importante impacto social que podem contribuir muito com ações de políticas públicas como, por exemplo, o PNAE. No entanto, apesar de existirem legislações específicas que garantem a comercialização dos produtos da agricultura familiar, muitos gestores públicos municipais não realizam os investimentos necessários para contemplar tais exigências legais. O que podemos observar que as ações das duas organizações pesquisadas em âmbito local é a possibilidade de uma alternativa eficiente no sentido da educação alimentar e de seus hábitos conciliando geração de renda as famílias e ao mesmo tempo fazendo com que a comunidade possa gerir seus meios de produção em direção a sistemas produtivos considerados como agroecológicos, garantindo o envolvimento dos sujeitos e ao mesmo tempo proporcionando uma organização social coletiva e um aprendizado eficiente que pode ser aplicado sobre tais questões em espaços como as escolas, demais associações, cooperativas e espaços como restaurantes populares, feiras etc.

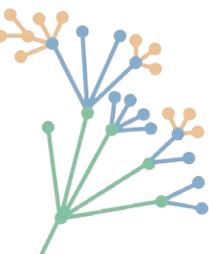
Dessa forma a contribuição destas instituições na relação com os saberes inerentes à dimensão pessoal e social das relações das famílias, se apresenta como uma importante ferramenta no processo de educação alimentar, geração de renda, organização coletiva e no debate sobre os princípios agroecológicos que podem ser adotados localmente, podendo assim futuramente formar uma massa crítica de saberes necessários para as transformações sociais implicadas no desenvolvimento territorial.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA; FASE, 1989.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.



_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ANANIAS, P. O Brasil na Encruzilhada. **Blog do Patrus**. 2016. Disponível em: <<http://patrusanacias.com.br/blog/category/gestao-publica/ministerio-do-desenvolvimento-social-e-combate-a-fome/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: GT-CCA / ANA; Gráfica Popular, 2007. p. 257-267.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Sistema de Informações Territoriais – SIT**. 2011a. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. 2011b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/alimentacaoescolar>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

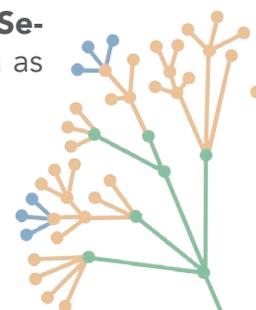
_____. Ministério da Educação. **Merenda escolar**. 2017a. Disponível em: <<http://www.gestao2010.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **PNAE e PAA**. 2017b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE/SENAES, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2016.

BUCHWEITZ, S.; MENEZES, P. **O tempo compartilhado**: 25 anos do CAPA. Porto Alegre: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; FROZI, D. S. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. cap. 4.



CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011. p. 83-120.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Relatório sobre a execução do PAA de 2000 a 2010**. Brasília: CONAB / MAPA, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília: CONSEA, 2010.

CORAZZA, P., SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANKE, S. I. R.; PRÁ, D. Colesterol e o risco de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes. In: BURGOS, M. S. **Saúde no Espaço Escolar: Ações Integradas da Educação Física, Nutrição, Enfermagem e Odontologia para Crianças e Adolescentes**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 244-256.

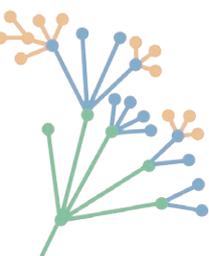
GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010 – resultados preliminares**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MENEZES, F.; BURLANDY, L.; MALUF, R. S. Construção de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Brasília. **Textos de Referência...** Brasília: CONSEA, 2004. p. 05-11.



MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, A. C. N.; FIGUEIREDO, D. S.; FURTADO, D. C.; PEREIRA, E. C. S.; PEREIRA, J. A. G. **Diagnóstico rural de comunidades de agricultores familiares: o caso de Ajó, Cametá-Pará**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. (mimeo.).

RECKZIEGEL, M. B. Obesidade infantil: a importância do diagnóstico e intervenção precoce. BURGOS, M. S. **Saúde no Espaço Escolar: Ações Integradas da Educação Física, Nutrição, Enfermagem e Odontologia para Crianças e Adolescentes**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 225-243.

SANTOS SILVA, L. M.; SILVA, M. A. L.; SOUZA, H.; BRITO, G. Grupo de Trabalho Agroecologia: síntese de reflexões construídas nos últimos anos de atividades do GT - Fórum Regional de Educação do Campo – Sul e Sudeste do Pará. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, 5., Marabá-PA, 2011. **Anais...** Marabá-PA: FREC / SUPA, 2011. 65 p. (mimeo.).

SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS. Camamu-BA: SASOP, 2009. Disponível em: <<http://www.sasop.org.br>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SOUZA, I. S. **Nutrição, Higiene e Saúde**. Indaial-SC: UNIASSELVI, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 20., Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG: ANPOCS, 1996.

